

FINANÇAS

Contas públicas superam as metas do FMI

Estados surpreendem e garantem o melhor desempenho do setor público em maio desde 91

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – Em maio, o governo federal, os Estados e os municípios gastaram R\$ 4,638 bilhões a menos do que arrecadaram no mês. Isso significa que as três esferas de governo, que compõem o setor público, tiveram um superávit primário em suas contas naquele mês. O resultado corresponde a 4,70% do Produto Interno Bruto (PIB) do período e, segundo o chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, foi o melhor maio desde 1991. Em abril, as contas do setor público estavam positivas em R\$ 3,695 bilhões.

No ano, o superávit primário acumulado é de R\$ 21,913 bilhões (4,66% do PIB do período), o que significa uma folga de R\$ 5,738 bilhões em relação à meta fixada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para junho, de R\$ 16,175 bilhões. Na avaliação de Lopes, “os resultados comprovam a disposição do governo de manter o esforço fiscal”. No mesmo período do ano passado, o resultado acumulado ficou em R\$ 11,724 bilhões.

Surpresa – Ele admitiu que a surpresa no resultado de maio foi a contribuição dos Estados, que fecharam o mês com as contas positivas em R\$ 808 milhões, ante o superávit de R\$ 51 milhões de abril. Segundo Lopes, o resultado veio do ganho de receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por causa do aumento da atividade econômica e da venda de concessões. No caso, a Gás Sul, vinculada à Comgás, de São Paulo, produziu receita de R\$ 500 milhões.



Já os municípios apresentaram em maio o primeiro déficit do ano, de R\$ 51 milhões, para um saldo positivo de R\$ 187 milhões em abril. Lopes recusou-se a vincular este resultado a gastos com campanhas em função da proximidade das eleições municipais. Segundo Lopes, o déficit pode ter ocorrido pelo adiamento de despesas, agora contabilizadas.

No fechamento das contas de junho, ele prevê uma redução do superávit primário. Isso porque, em junho, o governo central – que reúne Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social (e exclui as empresas estatais) – teve o menor resultado do ano, com superávit de R\$ 1,463 bilhões.

Nos 12 meses encerrados em maio deste ano, o superávit primário do setor público ficou em R\$ 41,277 bilhões, ou 3,80% do PIB do período. Em junho, o resultado de 12 meses será menor porque o superávit de junho do ano passado será substituído pe-

lo de junho deste ano. Ou seja, um desempenho que não deverá ser bom vai substituir outro considerado excelente pois, em junho de 1999, houve um superávit primário de R\$ 3,700 bilhões nas contas do setor público.

Nominal – Contabilizando também os gastos com juros, o chamado resultado nominal, o setor público registrou em maio um déficit de R\$ 3,789 bilhões, ou 3,84% do PIB estimado para o mês. O desempenho é ruim também no acumulado do ano, com um déficit nominal de R\$ 13,626

bilhões – ou 2,90% do PIB do período. Em 12 meses, o déficit nominal do setor público ficou em R\$ 44,765 bilhões, ou 4,12% do PIB do período. Até o final do ano, segundo Lopes, este déficit deverá ficar em 3,8%.

Expectativas – O superávit primário do setor público em maio superou as expectativas do mercado, que esperava algo em tor-

no de R\$ 3,5 a R\$ 4,0 bilhões, segundo análise do economista Raul Velloso.

Sobre o déficit nominal ainda elevado, Velloso afirma que o peso da dívida sobre as contas públicas ainda é muito grande, mas incomparavelmente melhor que nos anos passados, apesar de os juros básicos atuais, de 16,5% ao ano, serem ainda elevados em relação aos de outros países.

Para o economista, a tranquilidade cambial e fiscal, aliada a uma sensação de proximidade para o piso dos juros, pode ajudar o Banco Central a alongar mais os prazos da dívida mobiliária junto ao mercado, por meio da emissão de títulos prefixados mais longos. Velloso acredita que o quadro deve voltar a ser semelhantes ao existente antes da crise asiática, quando o BC e o Tesouro vinham colocando títulos mais longos e não indexados.

O resultado fiscal ficou bem acima da meta no primeiro semestre, surpreendendo o mercado, disse Marcelo Carvalho, economista-chefe do Banco JP Morgan. Para o segundo semestre, porém, é pouco provável que essa surpresa favorável se repita. “A meta fiscal do ano como um todo provavelmente será atingida, mas a folga deve ser menor”, disse Carvalho. No segundo semestre, o crescimento da economia deve manter as receitas em um nível elevado, “mas as despesas provavelmente aumentaram”, disse, lembrando a expectativa de maiores gastos com as eleições municipais em outubro.

Olhando para 2001 e além, um desafio importante, disse Carvalho, é evitar o que chama de “complacência fiscal”. “É fundamental não esmorecer no compromisso com a prudência e disciplina fiscal”, acrescentou. (Colaboraram André Palhano, da AE, e Angelo Pavini)

DÉFICIT DE
MUNICÍPIOS
FOI 1.º DESDE
JANEIRO